



# Municípios do Oeste fornecerão alimentos ao *Fome Zero*

*Acordo de cooperação foi assinado durante visita do presidente Lula ao Estado, na abertura da Efapi*

Pela parceria estabelecida entre o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e 130 cidades do Oeste e Extremo-Oeste, os produtores poderão vender seus produtos ao governo federal, que os destinará ao Fome Zero. Os interessados em vender a produção ao governo devem se cadastrar nos conselhos de segurança alimentar junto às prefeituras. O acordo foi firmado na visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Chapecó-Efapi, que abriu no dia 4 e estende-se até 12 de outubro, no

Parque de Exposições Tancredo Neves.

Lula e ministros participaram da abertura oficial da 14ª edição do evento, quando o presidente da República anunciou ainda a destinação de R\$ 1,1 bilhão para a agroindústria familiar, recursos provenientes do Programa Nacional de Agroindustrialização da Agricultura Familiar. O parlamento catarinense estava representado pelo presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT) - que integrou a comitiva presidencial -, o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), e o líder do PTB, deputado Narcizo Parisotto.

*Página 5*



(foto Divulgação/SEI)

*Lula e autoridades durante a abertura da 14ª Efapi, no dia 4, em Chapecó*



(foto Carlos Kiliani)



*Governador Luiz Henrique, Lula e Marisa, prefeito Décio Lima e a deputada Ana Paula, Morastoni, senadora Ideli e ministro José Frúsch durante inauguração de conjunto habitacional popular financiado pela CEF, em Blumenau*

**Confira os projetos aprovados na semana**

*Página 7*

**Emancipações provocam polêmica na CCJ**

*Página 6*

## Morastoni leva reivindicações catarinenses a Brasília

Durante dois dias, quarta e quinta-feira (8 e 9), o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), esteve percorrendo ministérios e órgãos públicos, em audiências da comitiva catarinense em Brasília onde encaminhou importantes reivindicações para o Estado.

Entre elas, a revisão da retirada de cerca de 2 mil famílias de agricultores de áreas nas regiões de Ibirama, Abelardo Luz, Ipuacu, Vitor Meireles, José Boiteux, Doutor Pedrinho e Itaiópolis, que estão demarcadas como terras indígenas. "O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos,

solicitou o envio pelo Estado de documentação e estudos em caráter de recurso. Com base nisso, o Ministério fará a reavaliação", resumiu Morastoni. Nos Transportes, recebeu a garantia do ministro Anderson Adauto da liberação de pelo menos 60% dos recursos para conclusão dos três trevos de acesso a Itajaí ainda este ano. Adauto também garantiu que a duplicação do trevo Sul da BR-101 é um "processo irreversível", estando no topo das prioridades do Ministério que serão discutidas com o Presidente Lula.

*Página 5*

## Audiência

A Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), realiza dia 10, a partir das 15h, em Papanduva - Planalto Norte Catarinense -, audiência pública sobre manejo sustentável da propriedade rural. Além deste tema, as discussões também tratam do projeto de corte de árvores para uso na fumaicultura, taxas e licenciamentos e o aproveitamento da lenha sem risco de multas para os agricultores. Mais de 1.200 pessoas são esperadas.

## Comunicação audiovisual

Diferença não significa incapacidade. Por defender a participação de todos os cidadãos na construção de uma sociedade justa, apresentamos à Assembléia Legislativa a indicação que solicita a inclusão de profissionais intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas sessões em plenário e nas transmissões geradas pela TV da Casa, a TVAL.

O deficiente auditivo, desde sua infância, convive com a barreira lingüística determinada pela linguagem oral, mas essa barreira é facilmente transponível, se observarmos a forma de comunicação e o comportamento da comunidade. Através da linguagem de sinais, o surdo anula a deficiência auditiva, pois quando ele aprende a Língua dos Sinais fica exposto à comunicação, e é a partir da comunicação que se desenvolve o pensamento. Com a efetiva capacitação de profissionais intérpretes da Libras, estar-se-á garantindo aos surdos o acesso real às informações e à interação aos espaços e repartições públicas, assegurando o exercício da cidadania e proporcionando a inclusão social.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 1,5% da população brasileira é forma-

da por portadores de deficiências auditivas. No tocante a Santa Catarina, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que mais de 70 mil pessoas vivem no silêncio.

A Libras é a língua materna dos surdos no país, é composta de todos os componentes pertinentes às línguas orais. A Libras foi oficializada no Estado pela Lei nº 11.869/2001, tendo a Administração Pública, tanto direta como indireta, a incumbência de manter em suas repartições o atendimento aos surdos, utilizando profissionais intérpretes da Libras; contudo, tal medida não está sendo efetivada, razão pela qual entendemos que se faz necessária a capacitação de profissionais pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Fenes), para que em qualquer âmbito da Administração Pública as pessoas portadoras de deficiência auditiva tenham acesso ao atendimento. Assim, apesar da previsão legal, a população "ausente de sons" em Santa Catarina tem vivido em um mundo esquecido pelo Poder Público. Em pleno século 21, quando se fala tanto em inclusão social e defesa de direitos, o surdo também precisa ter o exercício da cidadania assegurado.

*Deputada Simone Schramm (PMDB)*

## Segurança: uma questão que requer ação

O DC, edição de 28/09, publicou artigo que redigi sobre a violência em Florianópolis. Milton Hanauer, de Chapecó, leu e ponderou que ela "não é diferente no Oeste e nas demais regiões do Estado". Aceitei e agradei a ponderação. Infelizmente, a violência está mesmo disseminada. Chegou às pequenas e pacatas comunidades e já é o mais dramático problema que se apresenta aos governantes.

Agora, através do *AL Notícias*, desejo destacar outros aspectos do assunto que, com razão, preocupa o senhor Hanauer. A diminuição da violência vai exigir o enfrentamento de problemas graves e o engajamento de toda sociedade. Para diminuí-la terá de ser atenuada a exclusão social. Mas, baixar os índices de exclusão não é fácil e demanda tempo. Para que ações de inclusão produzam efeitos consistentes e duradouros, tem de haver crescimento econômico, geração de empregos.

Vai ser preciso enfrentar o tráfico, que movimenta muito dinheiro e se refaz todos os dias: prende-se um, outro toma o seu lugar. Foi a disputa entre traficantes que inflou o número de assassinatos na grande Florianópolis. Eles arregimentam e armam adolescentes que espalham o terror, expulsando moradores e execu-

tando pessoas. Alguns aglomerados tornaram-se verdadeiros fortins e comunidades inteiras estão sujeitas ao arbítrio deles.

A corrupção também terá de ser enfrentada. Organizações criminosas buscam proteção e conivência, corrompendo policiais, juízes, políticos. E quando apanhadas, sustentam suas defesas na precariedade dos processos policiais e nos desvios das leis, de sorte que os instrumentos de combate à criminalidade estão debilitados, quando precisam ser fortes e coesos. O aparato policial terá de ser aprimorado. Hoje, cada estado tem duas polícias, que raramente trabalham juntas. Suas linhas de frente são mal remuneradas. Somente de dois, três anos para cá, se investiu na conexão de informações em tempo real entre delegacias e forças policiais de outros estados, e ainda hoje não existe uma política clara e implacável de premiar o bom policial e de punir ou excluir o mal.

Além de ter havido uma partidarização das corporações, interferindo e sujeitando a ação policial à disputa política. Tem muito blá blá blá, quando o caso requer mais ação. É claro, os obstáculos não são poucos, nem simples, nem apenas estes. Mas terão de ser vencidos. Ou então, abdicar-se-á de uma vida livre e tranqüila.

*Deputado Antônio Carlos Vieira (PP)*

## Site de cara nova

[www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)

Desde segunda-feira (6) está em funcionamento o novo portal da Assembléia Legislativa. As novidades são a íntegra do Diário da Alesc, o clipping digital, as agendas do presidente e da Casa, o incremento na disposição de tramitações dos projetos, a atualização automática dos sites dos deputados e a pesquisa de lotação dos funcionários efetivos e comissionados.

A nova estrutura de dados do portal foi desenvolvida pela Divisão de Informática, baseada em softwares livres, no qual es-

tarão sendo disponibilizados os códigos fonte às Casas Legislativas de todo o país, para que sigam o exemplo implantando o mesmo sistema de forma transparente. O projeto permite alterações e adaptações dependendo das necessidades, em função do *software* livre, e levou sete meses para ser desenvolvido. Além de ter segurança na informação e qualidade nos serviços prestados à sociedade, o sistema tem representado uma economia substancial aos cofres públicos. (DAB)

## Seminário Interlegis

A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul sedia, nos dias 15 e 16 de outubro, o III Seminário Regional Interlegis - Região Sul, objetivando estreitar o relacionamento entre os membros da comunidade virtual do Poder Legislativo e ampliar o nível de conhecimento sobre o Programa, seus produtos e serviços. A Alesc estará representada pela diretora da Divisão de Imprensa, Marise Ortiga Rosa, que participará do painel "A Comunicação Social em Prol

do Fortalecimento do Legislativo".

Durante o evento, serão discutidos temas relevantes como a inclusão digital e o Interlegis: ações, impactos e perspectivas, a importância da ouvidoria no trabalho parlamentar, segurança de rede e suporte técnico aos equipamentos da Comunidade Interlegis, entre outros. O público alvo dos seminários regionais é constituído de deputados estaduais, vereadores e servidores das casas legislativas de cada região. (CA)

## Venda do Palácio

O presidente da Assembléia, deputado Volnei Morastoni (PT), recebeu na terça-feira, 7, o governador Luiz Henrique da Silveira, que veio entregar o projeto de lei sobre a venda do Palácio Santa Catarina, atual sede do governo do Estado. Também estavam presentes o presidente do Besc, Eurides Mescolotto, o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), e todos os líderes de bancada. (TK)

## O Leitor

[oleitor@alesc.sc.gov.br](mailto:oleitor@alesc.sc.gov.br)

## Pergunte ao deputado

[pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br](mailto:pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br)

### JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

#### Mesa

**Presidente:** Volnei Morastoni (PT)

**1º Vice-Presidente:** Onofre Agostini (PFL)

**2º Vice-Presidente:** Nilson Gonçalves (PSDB)

**1º Secretário:** Romildo Titon (PMDB)

**2º Secretário:** Altair Guidi (PP)

**3º Secretário:** Sérgio Godinho (PTB)

**4º Secretário:** Francisco de Assis (PT)

**Conselho Editorial:** Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

[alnoticias@alesc.sc.gov.br](mailto:alnoticias@alesc.sc.gov.br)

#### Divisão de Imprensa

**Diretora:** Marise Ortiga Rosa

**Edição:** Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

**Coordenador:** Celso A. S. da Rosa

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Redatores:** Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

**Assessores de gabinete:** Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bordini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luíza Gutierrez, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

**Relações Institucionais:** Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

**Diagramação e artes:** Rafael dos Santos

**Revisão:** Celso A. S. da Rosa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotógrafos:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

**Pesquisa e Elaboração:** Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

**Expedição:** Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

## INSTITUCIONAL

# Esclarecimentos sobre a cassação de Paulo Wright

(foto arquivo Documentação AL)

São Miguel do Oeste, 12 de setembro de 2003.

## À Redação

Em "AL Notícias" de 05/09/2003, (p.03), li a reportagem "Paulo Wright é lembrado em cerimônia especial". Não sei quem a produziu. Certo é que a mesma comete uma injustiça gritante a minha pessoa. É que à época da cassação de Paulo (1964) eu exercia meu primeiro mandato de deputado estadual. Nos doze anos em que representei o povo catarinense, sempre mantive total independência de ação, e coloquei os interesses do povo barriga-verde acima dos interesses partidários. Fui, modéstia à parte, um parlamentar de atitudes corajosas, senão audaciosas. Fui, para exemplificar, o primeiro (e era tempo de governo militar), que ocupou a tribuna da Casa defendendo a necessidade de anistia geral. E em tantas oportunidades, demonstrei minha independência, coragem e desassombro.

No caso de Paulo, diz a reportagem que o então deputado Genir Destri, teria sido o único a votar contra a cassação. O Destri, é verdade, votou contra, mas não foi o único. **TAMBÉM VOTEI CONTRA.** E fiz mais: na ocasião, por duas vezes ocupei a tribuna dessa Casa para defender Paulo. E nessa atitude, fui eu o único. Lembro, inclusive, que um parlamentar da época - Fernando Brüggmann Viegas - aparteando-me, disse que eu estava só naquela luta, inglória segundo ele, defendendo um "comunista", e que minha atitude isolada fazia lembrar D. Quixote. Respon-di-lhe, uma vez que trazia à baila o grande Miguel Corvantes, que se eu era um D. Quixote, ele, Fernando, bastando gordo, tinha tudo para ser o meu Sancho Pança. Minha resposta, lembro, provocou risos, desanuviando, em parte, a tensa sessão. Na ocasião estavam presentes, ao que me lembro, todos os deputados, mesmo o Paulo. Grande parte deles ainda vivos, e entre os que lá se encontravam, permito-me lembrar, Ivo Silveira (que presidia a Casa), Dib Cherem, Genir Destri, Celso Ivan da Costa, Nadir Querubini, Nelson Pedrini, Aureo Vidal Ramos, Haroldo Ferreira, Ademar Paladini Ghizzi, Afonso Ghizzo, Pedro Harto Hermes, Fioravante Massolini, Lessian Slovinski, Rodrigo Loobo (sogro de Pedro Ivo Campos) e muitos outros. A oposição da época (eu era nominalmente da situação), liderada pelo deputado Evilásio Neri Caon fez justificativa escrita, querendo justificar o injustificável que era a cassação de Paulo Wright. Por isso, a verdade histórica deve ser respeitada, a reportagem retificada.

Atenciosamente,  
Antônio Pichetti



Ex-deputado Antônio Pichetti

Diante da polêmica formada a partir da publicação da matéria veiculada pelo *AL Notícias*, edição nº 140, de 5/9/03, por ocasião da cerimônia especial que lembrou o ex-deputado Paulo Wright, o Conselho Editorial esclarece que a informação de que o ex-deputado Genir Destri foi o único a votar

contra a cassação do homenageado, manifestada por ele próprio, quando do seu discurso na solenidade.

A partir da publicação de carta do ex-deputado Antônio Pichetti, também conterrâneo e contemporâneo de Wright, onde refere-se de que a matéria o injustiça pois também votou contra o afastamento do parlamentar, época em que exercia seu primeiro mandato, o *AL Notícias* se viu no dever de buscar nos anais da Assembleia Legislativa o que verdadeiramente aconteceu durante a sessão legislativa que culminou na cassação de Paulo Stuart Wright, em maio de 64.

A edição 23.544, página 14, do Diário da Assembleia, traz a ata da 6ª sessão extraordinária da 2ª sessão legislativa da 3ª Legislatura do Estado de Santa Catarina, realizada em 9 de maio de 1964, sob a presidência do deputado Ivo Silveira. Na época, o legislativo catarinense era composto por 42 deputados, entre eles Genir Destri e Antônio Pichetti que, segundo a ata foram os dois únicos votos contrários à cassação. Estão registrados a ausência de Wright e 39

votos a favor do cassação.

Vale esclarecer ainda que na ata da sessão solene, publicada no Diário da Assembleia nº 5.155, de 2/9/03, página 21 e 22, o ex-deputado Genir Destri relata que "...Isso foi numa quinta-feira, pela manhã. E faço questão de fazer esse relato, Sr. Presidente, porque temo pela veracidade dos Anais, nos quais nunca volvi, mas tenho acompanhado as muitas interpretações da imprensa que parecem distorcer um pouco os fatos... A minha moção foi aprovada, só que mediante aquela aprovação de cassação foi a plenário e aconteceu que estávamos em 41 deputados, pois Paulo Stuart Wright não estava presente. Erámos em 42 deputados. Então, foi cassado Paulo Stuart Wright por 39 votos a um, pois teve um ausente... porque existe alguns comentários de que houve dois votos contra a cassação, mas foi só um estranhamente...".

Portanto, cabe ao *AL Notícias*, este esclarecimento, para não deixar dúvidas sobre o posicionamento ou parcialidade na matéria, para beneficiar esta ou àquela pessoa.

## Sessão solene para Rádio Clube de Lages

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Roberto Amaral recebe placa comemorativa

Na terça-feira (7) a Rádio Clube de Lages foi homenageada pela passagem dos seus 56 anos de fundação. A sessão solene foi proposta pelo deputado Sérgio Godinho (PTB) e conduzida pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB). Roberto Amaral, presidente da SCC, agradeceu a presença dos funcionários, ex-funcionários e amigos que prestigiaram a cerimônia.

Carlos Joffre do Amaral foi o responsável por esta história. Instalou-se em Lages em 1939 para consertar e montar alguns rádios comprados na capital paulista. Com esta atividade, ganhou também popularidade e, em 1940, resolveu organizar, juntamente com alguns amigos, na Praça João Costa, um sistema de comunicação com alto-falantes, para transmitir noticiários nacionais e internacionais, propagandas do comércio local e uma programação musical. Assim nasceu a Rádio Clube de Lages. Hoje, com cinco

mil watts de potência e uma audiência privilegiada, a Rádio está totalmente informatizada, tanto na operação de estúdio quanto no setor administrativo, podendo ser sintonizada nos 690 khz, contando com cerca de 700 mil ouvintes, em 37 municípios. Além do noticiá-

rio, a rádio possui uma característica pioneira, que se transformou numa marca registrada: seus quadros de avisos", lembrou Godinho. Joares Ponticelli (PP), em nome de todas as bancadas, falou do exemplo de empreendedorismo do fundador. (DAB)

## Agenda 21 Catarinense

O deputado Onofre Agostini (PFL), presidente do Fórum Parlamentar Permanente de Desenvolvimento Sustentável, abriu o II Seminário Estadual Agenda 21 dizendo que pior do que a exclusão social, a desigualdade de renda e a fome, é o silêncio dos que sabem. "Quebrem o silêncio, o meio ambiente tem muita importância na sobrevivência do ser humano no futuro, precisamos colaborar com a natureza", concluiu.

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB), que representou a presidência da Casa, agradeceu a presença de técnicos e afirmou que a Agenda 21 é de suma importância. "Essa empreitada será uma resposta para um futuro

melhor em todos os municípios catarinenses. Temos que olhar com muito carinho, principalmente na região Norte".

O secretário estadual do Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, Braulio da Rocha Barbosa, salientou a passagem final de uma das etapas, a elaboração da Agenda 21. "Vamos ter que continuar na implantação desse projeto, mas para isso vamos precisar da vigilância da sociedade", finalizou. No decorrer da tarde, Nelson Figueiró apresentou o histórico de discussão da *Agenda 21 Catarinense*, em seguida ocorreu a exposição da metodologia para discussão das sugestões encaminhadas e a aprovação das mesmas. (DAB)

## IV Seminário da Escola do Legislativo

O "Projeto Político Pedagógico nas diversas concepções educativas" é o tema do IV Seminário da Escola do Legislativo, que será realizado nos dias 14 e 15 de outubro, no plenarinho. O evento tem o apoio da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Inscrições e informações na Escola do Legislativo, 3º andar, sala 307, fone 221-2828/221-2952. Na internet no endereço [www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br). As vagas são limitadas. (MAG)

# Estado poderá ter estatuto da cultura

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Artistas, produtores e dirigentes culturais devem encaminhar até o próximo dia 30, à Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembléia, sugestões de mudanças que estimulem a produção e difusão da cultura no Estado. Uma comissão formada por representantes da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), Conselho Estadual de Cultura (CEC) e os parlamentares da Comissão analisarão as sugestões, que poderão resultar em um Estatuto da Cultura.

Essa foi uma das ações definidas na audiência pública, no dia 2, na Assembléia, com a participação dos deputados Paulo Eccel (PT), presidente da Comissão, e Celestino Secco (PP), do diretor geral da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), Edson Machado, do gerente de projetos da Executiva de Apoio à Cultura (Exac), Oldemar Olsen Junior, de Fábio Brüggemann, do Fórum de Produtores Culturais de Florianópolis, e representantes de movimentos culturais de diversos municípios, artistas e produtores. Para Eccel, é fundamental que

ocorra o debate com a participação do setor e da sociedade. A dificuldade na promoção e produção cultural, acredita o parlamentar, não está somente na questão financeira, mas também na organização.

Edson Machado, da FCC, apresentou dados que ilustram a dificuldade de organização. Em 2003, de 648 projetos inscritos, apenas 106 foram aprovados para captação de recursos, o que demonstra a necessidade de capacitação dos agentes culturais não só na elaboração dos projetos, mas também na questão orçamentária. Atualmente, o Estado destina 0,3% do Orçamento - algo em torno de R\$ 7 milhões - para que a FCC, órgão responsável em promover e expandir a atividade, viabilize suas ações.

Eccel aponta a lei federal Rouanet e as leis estaduais de incentivo à cultura como possibilidades de busca de recursos fora da esfera pública.

Oldemar Olsen, gerente de projetos da Executiva de Apoio à Cultura, lembra que na década de 70, em plena ditadura militar, a atividade cultural era mais in-

tensa e não se buscava recursos junto ao poder público. "Se naquela época era possível fazer isso, acreditamos que hoje existam maneiras de se fazer cultura sem a dependência de recursos públicos". Um destes mecanismos seria o incentivo para que os próprios municípios criem suas leis. O deputado Eccel lembrou a possibilidade de

ser elevado o percentual no Orçamento do Estado destinado à Cultura e sugeriu aos agentes de cultura que se mobilizem para sensibilizar os parlamentares.

O assunto estará novamente em debate no Catarinensidades - 1º Fórum de Cultura, que acontece no período de 27 a 31 de outubro, no Parque da Luz, em Florianópolis. (SD)



Comissão especial foi formada durante a audiência para analisar sugestões

## Audiência discute situação de homossexuais

(foto Carlos Kilian)

A situação de homossexuais, gays, lésbicas, travestis, bissexuais e transgêneros de Santa Catarina foi tema de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, na segunda-feira, dia 6, por solicitação da deputada Ana Paula Lima (PT). O evento foi presidido pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT) e contou com a presença do deputado Paulo Eccel (PT), do secretário da Câmara Municipal de Florianópolis, vereador Márcio de Souza (PT), do presidente do Grupo Fazendo a Diferença, de Blumenau, Adilson Fortunato, do representante da Associação de Defesa dos Direitos dos Homossexuais no Estado, Alexandre Martins, da psicóloga Taís dos Santos e de dezenas de homossexuais.

Dionei abriu o evento, no plenário, e assinou que o parlamento catarinense está inserido na luta contra a discriminação. Ana Paula Lima foi enfática ao observar que "numa sociedade que se abre para uma realidade de profundas transformações sociais e econômicas, como é o Brasil destes novos tempos, o tema direitos e garantias homossexuais é oportuno e se insere no conceito geral de mudanças que representem igualdade, dignidade e democracia".

O presidente do grupo Fazendo a Diferença, que há poucos dias formalizou seu casamento



Debates reforçaram necessidade de leis específicas

civil com o companheiro Elmar Aver, apresentou uma carta de intenções. "O objetivo desta iniciativa é convocar mulheres e homens a incorporar as reivindicações em prol da cidadania e igualdade de direitos aos homossexuais em suas agendas e lutas políticas por todo o Brasil", enfatizou ao entregar o documento ao presidente da audiência pública e à Ana Paula. A carta é uma plataforma de ações visando consolidar políticas públicas que combatam a desigualdade e o preconceito. Entre elas, a aprovação da emenda constitucional, em tramitação na Câmara Federal, que proíbe a discriminação em razão da orientação sexual, criminalização da discriminação estabelecendo penas no Código Penal Brasileiro. (CA)

## Fórum Parlamentar do Petróleo

O deputado Lício Mauro da Silveira (PP), acompanhado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado, Gian Marco Nercolini, e pelo cartógrafo da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, Ademir Koerich, entregou na manhã de quarta-feira (07) ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado federal João Pizzolatti (PP), o relatório completo sobre a questão dos royalties pagos pela Petrobras ao Paraná, pelo petróleo extraído em águas catarinenses. O documento será analisado pelos membros do Fórum em reunião marcada para dia 20 de outubro, em Florianópolis, e servirá de subsídios à defesa do mar catarinense junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), onde o processo tramita há cerca de 12 anos.

Silveira, Nercolini e Koerich explicaram a Pizzolatti a situação do processo que está no

STF. "Houve arbitrariedade por parte do IBGE quando da elaboração do mapa que aponta a quem pertence as bacias petrolíferas. Como a questão junto ao STF está no final, com grandes possibilidades de ganho para Santa Catarina, o deputado federal paranaense Gustavo Fruet (PMDB), inteligentemente, está propondo mudanças na Lei Federal 7.525, de 22/07/1986, alterando a metodologia para definição das linhas marítimas em toda a costa brasileira. Com isso amplia o mar territorial paranaense prejudicando nosso Estado, pois toma, praticamente, toda a costa catarinense", observou Silveira.

Pizzolatti afirmou que levará o assunto para conhecimento dos demais membros do Fórum e viabilizará suporte para impedir que, politicamente, o assunto tenha ganho de causa pelo Paraná. (CA)

(foto Solon Soares)



Deputados Pizzolatti, Lício Mauro, Nercolini e Ademir Koerich

# Programa projeta geração de 138 mil empregos

Scheila Dziedzic

Os recursos de R\$ 1,1 bilhão para fomentar a agroindustrialização e, conseqüentemente, a agregação de renda aos produtores, conforme o anúncio do presidente Lula e do ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, vão estimular a criação de 7,7 mil empresas familiares no país em quatro anos, gerando 138 mil empregos. Com a iniciativa, será agregado valor aos produtos da agrícolas através da implantação de pequenas indústrias no campo. Além de melhorar o beneficiamento da produção, os agricultores também receberão orien-

tação sobre estratégias de comercialização. A capacitação sobre a organização da cadeia produtiva e a distribuição dos produtos, além da colocação no mercado interno e mesmo a exportação, também são ações previstas no Programa.

**Garantia de venda** - Segundo Miguel Rosseto, as famílias chegam a ter um incremento na renda de aproximadamente R\$ 300/mês com o beneficiamento da produção no campo. O financiamento será liberado através do Pronaf Agregar, com juros de 4% ao ano. O prazo para pagamento será de oito anos, com três anos de carência. Cada família pode contrair financiamentos de até R\$

18 mil. O Programa Nacional de Agroindustrialização também será liberado às cooperativas de produção mista, em valores de até R\$ 720 mil. Para isso deverá ser comprovada a participação mínima de 40 famílias na cooperativa. A forma de quitação do financiamento será a mesma daqueles que o contraírem individualmente. Parte da produção da agroindústria familiar já possui a garantia de venda.

**Acordo** - O

acordo estabelecido entre os 130 municípios do Oeste e Extremo-Oeste e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Conab também terá venda garantida. Segundo o ministro José Graziano, os agricultores terão, entre outros benefícios, garantia de preço e mercado. "Será uma forma de estimular a agricultura familiar". A produção comprada será usada para a reposição dos estoques reguladores da Conab e no atendimento direto de escolas, creches, asilos e entidades carentes.

(foto Divulgação/SEI)



Presidente Lula e autoridades na abertura da 20ª Oktoberfest

## Lula é o primeiro presidente a prestigiar a Oktoberfest

Um dia antes de participar da abertura da Efapi (3), acompanhado do ministro das Cidades, Olivio Dutra, do presidente da Caixa Econômica Federal (CEF) Jorge Mattoso, e do secretário Nacional da Pesca José Fritsch, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, esteve em Blumenau, onde prestigiou a abertura da 20ª Oktoberfest, carro-chefe das festas de Outubro no Estado.

Lula e a esposa Marisa Leticia assistiram ao desfile de abertura da Oktoberfest num palanque montado na Rua XV de Novembro. Milhares de pessoas foram às ruas para prestigiar o presidente, o primeiro a visitar Blumenau desde o governo militar

e também o primeiro a participar da maior festa da cerveja do Brasil. Lula veio a convite do prefeito de Blumenau, Décio Lima (PT), e da primeira-dama da cidade, deputada Ana Paula Lima (PT). Segundo a parlamentar, "o carinho com que o presidente tratou todos na cidade bem demonstra o quanto ele considera Santa Catarina". Nos discursos que fez e também no contato com lideranças do município no jantar oferecido no Parque da Proeb, onde a Oktoberfest se realiza, Lula destacou a qualidade de vida do município. "A festa e a gente de Blumenau são prova de que o Brasil é capaz de melhorar muito", comparou Lula. (UW)

## Internacionalização provisória sai até final do ano

Na noite de quarta-feira, o presidente da Assembleia, deputado Volnei Morastoni (PT), conversou com o chefe de Gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, que se comprometeu a agilizar a designação de pessoal da Polícia Federal, Anvisa (Saúde), Receita Federal, Agricultura, para atuar no Aeroporto de Navegantes durante os meses de temporada. "Com isso, o Departamento de Aviação Civil (DAC) poderá fornecer a licença provisória para o aeroporto funcionar como internacional, dando tempo para as adequações e a efetiva internacionalização até meados do próximo ano", explicou Morastoni. A informação de que o DAC é favorável ao procedimento foi dada pelo ministro da Defesa, José Viegas, a quem foi solicitado ainda o aumento do número de vôos pelas empresas na conexão entre os aeroportos de Navegantes - Joinvil-

le - Guarulhos. "Isto é fundamental para os empresários da região e vai permitir o acesso de uma enorme demanda de turistas que vêm para as festas de outubro e que hoje estão praticamente barados", salientou o deputado.

Quanto à redução das tarifas de embarque para os vôos charter entre países do Mercosul e Santa Catarina - hoje correspondente a metade do valor da passagem, o que cria obstáculos ao turismo. Segundo Morastoni, a questão depende agora de "vontade política", já que somente com uma nova lei as tarifas poderão ser reduzidas. "O Ministério da Defesa está elaborando estudos no sentido de subsidiar o governo para edição de uma medida provisória que possa garantir a implementação das reduções já para esta temporada", contou o presidente.

**Política habitacional** - Morastoni encontrou-se ainda com o

presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), José Eduardo Levi Matoso, e com o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim.

Com Jobim, o presidente da Assembleia solicitou atenção especial ao caso da demarcação do mar territorial catarinense, cuja ação envolvendo Santa Catarina e Paraná tramita há anos, por conta da decisão do IBGE em utilizar uma metodologia totalmente diferenciada da que usou para todo o Brasil, favorecendo o estado vizinho com os royalties pagos pela Petrobras pelo petróleo retirado das águas catarinenses. O processo, de acordo com informação do vice-presidente do STF, está sob análise da Procuradoria Geral da República. (MMV)

(foto Divulgação/SEI)



Morastoni integrou comitiva em audiências nos Ministérios



Lula e agricultores na abertura da Efapi, em Chapecó

(foto Carlos Kilian)

# Emancipação de municípios

(foto Alberto Neves)

Os pedidos de emancipação de municípios constituíram-se no tema mais polêmico na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL), na terça-feira (7). Representantes dos municípios com processos em tramitação estiveram presentes, para pressionar os parlamentares a votar a favor.

Kleinübing informou que a Procuradoria Geral da Assembleia deu parecer sobre a viabilidade de novas emancipações no estado. No documento, há informações sobre um caso ocorrido no Rio Grande do Sul, em que o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que um novo município (Pinto Bandeira) fosse reintegrado ao município de origem (Bento Gonçalves), anulando a sua criação. "É preciso muito cuidado ao autorizar novas emancipações, considerando que há risco de reverter a decisão através de ação judicial", disse o deputado Paulo Eccel (PT). O deputado Joares Ponticelli (PP) alertou para as dificuldades financeiras



Parlamentares da Comissão de Justiça polemizaram sobre o assunto na última reunião

com que se defrontarão os possíveis novos municípios. "Se continuarem as aprovações, até o final deste mandato teremos 500 municípios em Santa Catarina - mais da metade pendentes. Não agüento mais a pressão. Se o governo está omissivo, é preciso ação da Assembleia", alertou.

Apesar das ponderações, os parlamentares decidiram pela tramitação regimental

dos 12 processos que já estão na Casa. Quanto aos que derem entrada a partir desta data, terão encaminhamento após análise do parecer da Procuradoria da Assembleia.

**Em andamento** - Nessa mesma reunião, foi aprovado o processo do distrito de Itajubá do Oeste, que quer o desmembramento do município de Descanso, no Extremo Oeste. "Ele reúne to-

das as condições para o seu desenvolvimento e agora a comunidade fará plebiscito", declarou o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB). Quanto ao pedido do distrito de Alto da Serra, de Chapecó, houve pedido de vista. Os distritos de Mari Flor e Padre Reus, ambos de São José dos Cedros, também no Extremo-Oeste, deverão complementar documentação. (RMPP)

## CPI da Udesc

### Primeiras convocações

Os parlamentares que compõem a CPI da Udesc, Paulo Eccel (PT) - presidente-, Dado Cherem (PSDB) - relator -, Wilson Vieira -Dentinho (PT), Simone Schramm (PMDB), Celestino Secco (PP) e Lício Mauro da Siveira (PP) vão ouvir coordenadores do ensino a distância na segunda-feira, 13. Foram convocados os ex e atuais coordenadores de ensino a distância da universidade, Neli Ribeiro, Sueli Weber e Hipólito Pereira Neto.

"Como o ensino a distância gerou várias reclamações, vamos chamar, além dos ex e do atual coordenador, alunos e prefeitos que possam enriquecer os esclarecimentos a serem obtidos na próxima reunião", comentou Eccel.

Após o anúncio da implantação da CPI, várias denúncias estão chegando aos deputados. "Tenho muitos documentos, dossiês e e-mails em minhas mãos e estou avaliando. Muitas denúncias realmente merecem ser verificadas", afirmou Dado Cherem. "Temos denúncias de diárias de viagens pagas a professores que lecionam no interior e que teriam ganho por dois dias de trabalho, sendo que o denunciante afirma ter sido apenas um. Irregularidades como essas também serão investigadas e caso se confirmem, os denunciados serão obrigados a devolver o dinheiro recebido a mais", completou.

Outra denúncia a ser investigada é a de um aluno, cujo nome não foi revelado, sobre o pagamento de mensalidades realizados pelos estudantes. (TK)

## CPI da Dívida Pública

# Valor é maior, diz depoente

(foto Carlos Killian)

Seis, dos sete parlamentares que integram a CPI da Dívida Pública, ouviram na manhã de segunda-feira (6) o primeiro depoente convocado: o auditor geral do Estado, Valdor Ângelo Montagna. O outro depoente, Vanderlei Pereira das Neves, contador geral do Estado, não compareceu. "Ele enviou documentos informando que estaria palestrando em um congresso e que no dia 10 entraria em férias, apesar da nossa convocação ser feita com data anterior à marcação de férias", afirmou João Paulo Kleinübing (PFL), presidente da CPI.

Segundo Valdor, a dívida do Estado no período 1983/2002 totaliza R\$ 15 bilhões e 638 milhões - valor superior ao que afirma o governo anterior, que é de R\$ 10 bilhões e 326 milhões. Ao ser questionado pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB), relator, sobre a origem da dívida, Valdor afirmou desconhecer essa informação. "Temos que buscar contratos que estão arquivados na Diretoria da Dívida Pública, na Secretaria da Fazenda", disse o depoente, que apenas informou que os credores são bancos e organismos nacionais e internacionais.

O documento que apontou a dívida do governo foi



Valdor Ângelo Montagna

elaborado, segundo Valdor, por duas diretorias. "A dívida deveria ser objeto de constante auditoria. Nos últimos oito anos nunca foi feito esse trabalho, que é de competência do controle interno".

O deputado Antonio Carlos Vieira -Vieirão (PP), que no governo passado foi secretário da Fazenda, e que também prestará informações na CPI, fez vários questionamentos e confrontou informações prestadas pelo auditor Geral do Estado sobre dívidas com o INSS, Ipsc, Invesc, Epagri e outros órgãos e empresas. Quis saber, por exemplo, do valor afirma-

do pelo atual governo, o que é risco fiscal e o que é dívida. "Tem erro aritmético no documento. Há contra-senso nas informações".

Vários questionamentos feitos pelos parlamentares ficaram sem resposta, mas deverão ser esclarecidos pelos próximos depoentes. Para Kleinübing ficou claro que há confusão entre os valores somados. "Estão misturando diferenças de valores para produzir um número que não é verdadeiro, para dizer que a dívida é de R\$ 15 bilhões e não de R\$ 10 bilhões. É a mistura de banana com maçã", declarou. (RMPP)

## Portadores de necessidades especiais

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou no dia 7 o projeto de lei que trata da "Política Estadual para Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais". A proposta tem 56 artigos e é de autoria do deputado Wilson Vieira -Dentinho (PT). "Vencida a barreira da legalidade, a partir de agora a tramitação é mais tranquila", assinalou o autor.

Caberá aos órgãos públicos assegurar à pessoa portadora de necessidades especiais o pleno exercício de seus direitos básicos. Dos 16 milhões de portadores de necessidades especiais existentes no Brasil, apenas 180 mil

estão empregados, "e a justificativa dos empresários para tamanha exclusão é que essas pessoas são preteridas por não terem o treinamento adequado. Portanto, é preciso por em prática a legislação em vigência sobre o assunto", afirma o deputado.

**Seminário** - O projeto vai ser apresentado no *Seminário Catarinense sobre Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais*, marcado para os dias 16 e 17 de outubro, na Câmara de Vereadores de Joinville. O encontro vai reunir as principais entidades nacionais e estaduais representativas dos portadores. (RA)

# Bancada petista contra transgênicos

O deputado Paulo Eccel expôs na tribuna da Assembléia a posição da bancada do PT, com relação aos transgênicos. Em documento com 13 itens os petistas ressaltam a preocupação com os possíveis riscos à saúde e ao meio ambiente e danos irreparáveis à economia catarinense. O parlamentar apresentou um documento elaborado em reunião do patido em Curitiba, com as razões para a posição contrária.



Deputado Paulo Eccel

Os produtos geneticamente modificados, assinala o documento, de origem animal ou vegetal, são criados em laboratórios especializados em engenharia genética, a partir da manipulação do respectivo DNA, mediante alterações na ordem natural. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, estudos demonstraram que o consumo de alimentos elaborados à base de soja transgênica provocou surtos alérgicos nas pessoas. Em experiências de laboratório, cientistas comprovaram que alimentos geneticamente modificados representam uma séria ameaça à saúde pública. Os efeitos de plantações transgênicas no ecossistema podem ser catastróficos, destruindo a biodiversidade. Segundo a bancada, as empresas de biotecnologia estão tentando obter o monopólio da produção e da comercialização de sementes transgênicas. Na medida em que as empresas passem a deter o registro patenteado da transgenia, todos aqueles que realizarem o plantio de sementes geneticamente modificadas terão que pagar royalties.

Além disso, destaca, pesquisas realizadas mostram que a produtividade da soja transgênica é 6 a 11% menor que a convencional. Outro ponto destacado refere-se aos mercados europeus e asiático, que rejeitam alimentos produzidos à base de organismos geneticamente modificados. "O cultivo de transgênicos poderá significar a ruína da nossa agricultura". O documento finaliza considerando a liberação do cultivo de transgênicos é precipitada, pois ainda não há pesquisas nem conclusões científicas suficientes. (SD)

## Video-auditoria

Durante reunião da Comissão de Finanças, realizada na quarta-feira (8), o presidente do Tribunal de Contas (TCE), Salomão Ribas Júnior, apresentou aos parlamentares o primeiro video-auditoria realizado por um Tribunal desta alçada no país.

A experiência utiliza a linguagem de vídeo para demonstrar todos os procedimentos de uma auditoria de gestão, desde a sua concepção, planejamento, trabalho de campo, conclusões e recomendações da equipe técnica até a apreciação da matéria pelo Pleno do TCE catarinense. O tema do vídeo foi a auditoria de gestão realizada no Projeto Florestal de Geração de Trabalho e Renda, da Secretaria Estadual de Agricultura. O trabalho foi desenvolvido por servidores do tribunal, que participaram do 2º Programa de Capacitação em Metodologia de Auditoria de Gestão no Setor Público.

Para o deputado Antonio Carlos Vieira - Vieirão (PP), o video-auditoria apresenta o demonstra a competência e a eficiência do TCE. "É um movimento de criar no país uma idéia maior do controle, fiscalização e transparência das coisas públicas". Também o deputado Manoel Mota (PMDB) elogiou a apresentação feita aos parlamentares. (RMPP)



Salomão Ribas Júnior

## Mediação familiar

A fim de tornar menos traumática e burocrática a solução de conflitos familiares que envolvam casos de separação de cônjuges, o deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) apresentou projeto de lei propondo a criação do serviço de mediação familiar no Estado. "Esse será um meio mais rápido, acessível e econômico para a resolução de conflitos, baseada na cooperação e no diálogo. É uma intervenção multidisciplinar destinada aos profissionais do serviço social, da psicologia, do direito e áreas afins", justifica.

De acordo com a proposta, a atividade será exercida por uma pessoa, denominada mediador, devidamente habilitada pelo Judiciário, escolhida e aceita pelas partes interessadas. Caberá também à Justiça estipular a forma de capacitação e seleção dos mediadores, bem como um registro e um cadastro atualizado



Deputado Rogério Mendonça

desses profissionais. "É importante para o desenvolvimento da mediação familiar que os mediadores possuam formação superior e experiência em relações emocionais, psicológicas, sociais, econômicas e jurídicas", sugere Peninha.

A iniciativa do serviço de mediação surgiu de experiências bem sucedidas em países do primeiro mundo, como o Canadá, por exemplo. (MS)

## Projetos aprovados

**Município** - Votado na tarde do dia 8, o Projeto de Lei nº 334/02, de autoria da Comissão de Justiça, que cria o município de Pescaria Brava, desmembrado-o de Laguna. A Secretaria de Estado da Fazenda, através do levantamento econômico, estabelecerá os índices de participação do novo município, na parcela do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

**Anexação** - As comunidades de São Valentim e parte do Lageado da Anta estão agora anexadas ao município de Irani, graças ao Projeto de Lei nº 335/03, de autoria da Comissão de Justiça, aprovado no dia 8. Já a Fazenda São Francisco de Assis passará a pertencer ao município de Lindóia do Sul, conforme determina o mesmo projeto de lei.

**Homenagens** - O Projeto de Resolução 016/03, de autoria do deputado João Rodrigues (PFL), concede honraria de mérito a José Carlos Pisani pelos trabalhos sociais que elevam o nome de Santa Catarina. O homenageado nasceu em Tangará no dia 14 de outubro de 1946. Pisani, hoje presidente de várias empresas, como a Reflorestadora Monte Carlo, tem desenvolvido importantes projetos para incrementar a renda, gerar emprego, fixar as famílias no campo e, desta forma, combater o êxodo rural, além de promover ações sociais.

Willy Alfredo Zumblick também será homenageado pela Casa, conforme o Projeto de Resolução 17/03, de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP). A homenagem ocorrerá no próximo dia 1º de dezembro, às 20h. Zumblick, hoje com 89 anos, começou a pintar ainda na adolescência, no município de Tubarão, sua cidade natal, e nunca mais parou. Coleciona títulos, comendas e muitos elogios. Com temática variada, já retratou os mais variados aspectos das tradições, cultura, história e tipos populares de Santa Catarina. (TK)

**Centro de Memória** - Foi aprovado também projeto de Resolução, de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), dando ao Centro da Memória da Assembléia Legislativa o nome de Deputado Osvaldo Rodrigues Cabral. Ele foi médico, historiador, antropólogo, folclorista, escritor, professor e político. Exerceu mandato de 1947 a 1955, sendo que presidiu a Casa em 1954. Na segunda-feira (13), às 19 horas, o parlamento catarinense, juntamente com a Academia Desterrense de Letras, realizará uma sessão solene em homenagem ao centenário de nascimento de Cabral. (DAB)

## Agenda

**Dia 13, 14 h** - CPI da Udesc - Depoimentos de ex e atuais coordenadores de ensino a distância: Neli Ribeiro, Sueli Weber e Hipólito Pereira Neto  
**Local:** Sala das Comissões

**Dia 13, 19 h** - Abertura da exposição 100 charges políticas, de Sérgio Bonson  
**Local:** Galeria de Arte Meyer Filho

**Dia 13, 20 h** - Sessão solene centenário de nascimento de Osvaldo Rodrigues Cabral  
**Local:** Plenário

**Dia 14, 9 h** - Abertura do IV Seminário da Escola do Legislativo  
**Local:** Plenarinho

**Dia 14, 19 h** - Lançamento do livro "A grande paz", de Leandro Vidal  
**Local:** Galeria de Arte Meyer Filho

**Dia 14, 19 h** - Sessão solene 25 anos do Banco de Olhos de Joinville  
**Local:** Plenário

**Dia 15, 17h30min** - CPI da Casan - Deliberações sobre o roteiro dos trabalhos  
**Local:** Sala das Comissões

**Dia 15, 19 h** - Sessão solene em homenagem ao Dia do Professor  
**Local:** Plenário

**Dia 16, 14 h** - Sessão especial com deputados estaduais, federais e senadores para tratar da duplicação do trecho sul da BR-101  
**Local:** Plenário

# Luta silenciosa pela vida

(foto Comissão de Formatura)

Rose Mary Paz Padilha

Você acorda e lê as notícias do dia. Na TV, acompanha a programação que mais gosta. Na rua, alguém te chama e você responde. Essas tarefas simples e até banais não fazem parte do universo de milhares de pessoas no Brasil e em Santa Catarina. São os surdos – uma comunidade que desde a descoberta do país enfrenta dificuldades e preconceitos. A maior barreira, já na infância, é o acesso à escola e à educação. Os dados são alarmantes e dramáticos e mostram que dos 178.810 surdos catarinenses (IBGE/Censo 2000), apenas 1.650 estudam, ou seja, menos de 1%.

A Constituição Federal diz que todo cidadão tem direito à

educação, mas entre a teoria e a prática há um abismo de direitos não cumpridos, principalmente para os surdos, tanto que em todo o país poucos estados disponibilizam estudo específico para eles. Na área de educação tecnológica, São José, na Grande Florianópolis, saiu na frente em relação aos demais municípios brasileiros. O Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet/SC), Unidade de São José, formou no dia 4 de outubro a primeira turma de Educação de Jovens e Adultos Surdos com Profissionalização em Desenho Técnico em ensino fundamental. A formatura reuniu pais, professores, familiares, amigos e autoridades. Mas, para chegar até a comemoração dessa conquista, uma longa e dura batalha foi travada.



A primeira turma formada pela Cefet/SC. Agora, eles são profissionais em Desenho Técnico

## Preconceito reduz chances

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Judite Boff Taborda - mais conhecida como Edite (o apelido ela ganhou do filho pequeno da sua patroa, na casa onde trabalha como doméstica há mais de uma década). Simpática, humilde e guerreira, ela conta que há 13 anos veio de Canoinhas para Florianópolis, em busca de escola para seu único filho, André, hoje com 18 anos. Junto com o marido Olenir, Edite matriculou o filho no Instituto de Audição e Terapia de Linguagem (Iatel), em Florianópolis.



Judite Boff Taborda

Mais tarde, procurou uma escola pública da Capital para o ensino regular. Aceito, a tranquilidade durou pouco tempo. Meses depois, o casal foi chamado pela direção da escola e foi informado que se o filho surdo permanecesse, os outros 27 alunos da turma seriam tirados da escola pelos próprios pais. "Convidada" a se retirar, Edite matriculou André numa outra escola, desta vez particular. "Implorei para que dessem desconto na mensalidade, já que eu não tinha como pagar o valor integral. Consegui e quando achei que o preconceito tinha acabado, sofri o mesmo tipo de pressão, porque qualquer coisa errada que acontecia no colégio, meu

filho levava a culpa. Com tanta pressão, ele não queria mais estudar. Sofri muito com isso e só consegui paz de espírito muitos anos depois, quando meu filho, já com 16 anos passou na prova de seleção do CEFET/SC. Hoje, já formado no ensino fundamental, ele se prepara para a conclusão do ensino médio", declarou a mãe com lágrimas nos olhos.

Justamente por conhecer na pele o drama do que é ser surdo, André já decidiu qual profissão seguir. Através de gestos interpretados pelos pais, contou que pretende cursar pedagogia para dar aulas aos surdos.

## Educar é possível

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Ademar Henning também falou de sua luta para ter o filho Mário na escola. Bancário, Ademar conta que em 1984 fez greve de fome no pátio da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), reivindicando escola especial para os surdos e chegou até a apanhar da polícia. Ademar lembra também do episódio ocorrido há pouco tempo, em que um estudante deficiente auditivo foi baleado na perna, no centro da Capital, por não ouvir a determinação de um policial para parar numa blitz. "São coisas que os ouvintes não se dão conta que acontecem", lamentou.

Para Ademar, Edite, Olenir e tantos outros pais, um dos maiores responsáveis pela conquista do ensino fundamental e médio é o professor do CEFET/SC de São José, Vilmar Silva. Com três irmãos surdos, Vilmar é professor ouvinte bilíngüe, ou seja, além da língua portuguesa tem formação em Libras – Língua Brasileira de Sinais –, apropriada para surdos. Vilmar diz que não é simplesmente colocando o surdo em sala de aula que a educação dele estará garantida. "É preciso professores habilitados

para esse fim, para ensinar a ler e a escrever pela visão, que é a forma de comunicação dos surdos".

O professor diz que no CEFET/SC um grupo de professores vêm se habilitando há oito anos para esse fim. Destes, apenas um era surdo, mas saiu da escola porque acabou o contrato de trabalho. Outro problema é que, por não ser atribuição do CEFET/SC, trabalhar com ensino fundamental (a primeira turma só foi constituída pela luta dos pais e de um grupo de professores da



Ademar Henning

escola, com o apoio da direção), o ensino médio, cuja primeira turma iniciou as atividades este ano, corre o risco de acabar. "Se não há ensino fundamental, não há como avançar para o médio" alertou Vilmar.

Mas a comunidade surda não desiste dos seus objetivos e partiu para a esfera municipal, com o objetivo de proporcionar escola para crianças, adolescentes e adultos que aguardam pela oportunidade de frequentar o ensino fundamental. Encontra-se em fase de finalização um convênio entre o CEFET/SC e a prefeitura de São José, para capacitar uma escola daquele município para o ensino de surdos. "Foi preciso iniciativa política para que isso ocorresse", salientou o professor Vilmar.



Vilmar Silva